

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA



EDITORA

UnB

“Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo.” A afirmação é de René Zavaleta Mercado, um dos analistas deste segundo volume da série **América Latina: história de meio Século**, ao discorrer sobre a situação vivida na Bolívia durante o período de 1932 a 1975. Este segundo volume traz também estudos sobre o período de 1925 a 1975 dos quatro países que, juntamente com a Bolívia, compõem o chamado grupo “andino” (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

A afirmação feita por Zavaleta Mercado, assentada na falta de lógica e cooperação da comunidade boliviana, pode ser estendida aos demais países andinos, que não conseguiram superar suas dificuldades internas e alcançar **status** de bem-estar para seus povos. Devido a este aspecto idiossincrático, o panorama histórico desses países, repetido alternadamente, é bastante semelhante: luta das classes populares contra as oligarquias que detêm o poder, primordialmente por meio de intervenção militar.

É nesta ambiência política, que permite às nações imperialistas ditar o dia-a-dia dos povos andinos, que se consumam as guerras civis e os golpes militares. Tamanha instabilidade se reflete na inquietação com a ordem interna e com a militarização do Estado destes povos que, embora vizinhos, ainda não se descobriram.

FLÁVIO CASTRO

**AMÉRICA LATINA:
História de meio século:**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque
Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni — presidente
José Walter Bautista Vidal
Luiz Fernando Gouvêa Labouriau
Murilo Bastos da Cunha
Odilon Ribeiro Coutinho
Paulo Espírito Santo Saraiva
Ruy Mauro de Araújo Marini
Timothy Martin Mulholland
Vladimir Carvalho
Wilson Ferreira Hargreaves

Coordenação da Coleção “Pensamento Latino-Americano e Caribenho”

Geralda Dias Aparecida
Ruy Mauro Marini
Vitor de Paes Leonardi

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Volume 2

Pablo González Casanova (org.)

René Zavaleta Mercado

Antonio García

Agustín Cueva

Julio Cotler

D. F. Maza Zavala

Tradução: Marcos Bagno (Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela)
Alberto de los Santos (Equador)

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do reitor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910 - Brasília, Distrito Federal

Título original:

América Latina: história de médio século
Copyright 1977 by Siglo XXI Editores, S.A.

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial:

Esmeraldino Henrique da Silva
Patrícia Maria Silva de Assis
Thelma Rosane P. de Souza

Arte Final:

Valperino Andrade

Supervisão gráfica:

Antonio Batista Filho

Capa:

Nanche Las Casas

ISBN

85-230-0257 - x

Ficha Catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A512L América Latina: história de meio século/ Pablo
González Casanova, org.; [colaboradores]
René Zavaleta Mercado ... [et al.]; tradução
de Marcos Bagno e Alberto de los Santos.
— Brasília : Editora Universidade de Brasília,
c1988.

337 p. (Coleção pensamento-latino-ame-
ricano e caribenho ; 2)

Título original: America Latina : história de
medio siglo.

970/980 (7/8 = 4)

González Casanova, Pablo, org.

Mercado, René Zavaleta, colab.

Bagno, Marcos, trad.

Santos, Alberto de los, trad.

série

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
1. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). <i>René Zavaleta Mercado</i>	15
2. Colômbia: meio século de história contemporânea	75
<i>Antonio García</i>	
3. Equador: 1925-1975	133
<i>Agustín Cueva</i>	
4. Peru: estado oligárquico e reformismo militar	175
<i>Julio Cotler</i>	
5. História de meio século na Venezuela: 1926-1975	233
<i>D. F. Maza Zavala</i>	

PREFÁCIO

Dando prosseguimento à série *América Latina: história de meio século*, publica-se agora o segundo volume, em que se reúnem as análises do período 1925-1975 nos países sul-americanos do chamado grupo “andino”: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Cada capítulo é assinado, tal como no primeiro volume, por um estudioso natural do país descrito e, malgrado as diferenças de estilo e de organização do conteúdo, o instrumento metodológico utilizado é praticamente o mesmo: a análise da história a partir das perspectivas de cada classe social.

Como não poderia deixar de ser, os estudos aqui reunidos apresentam, em seu conjunto, o panorama comum a toda a América Latina e ao chamado Terceiro Mundo em geral: a luta das classes populares, reprimidas e exploradas, contra as oligarquias que detêm o poder, freqüentemente graças à intervenção militar, para através dele permitir a desenfreada intervenção do imperialismo na vida nacional.

Os estudos que ora se publicam interrompem sua análise em 1975. Para que se possa ter, após a leitura de cada capítulo, uma noção de como as coisas evoluíram em cada um dos países estudados, trataremos de fazer uma breve retrospectiva dos acontecimentos políticos de 1975 até os dias presentes.

1. BOLÍVIA

A Bolívia continua detendo, dentro do panorama geral da América do Sul, algumas tristes primeiras posições: maior número de analfabetos, mais baixo índice de industrialização, maior número de golpes de Estado do continente. É também o segundo produtor mundial de coca, superada somente pelo Peru.

O ano de 1975 encontra no poder o general Hugo Banzer Suárez, 58.^o presidente da Bolívia em 146 anos de independência. Banzer governou ditatorialmente, fazendo intervenções nas universidades e ordenando a prisão de estudantes e trabalhadores. Em 1976 o ex-presidente Juan José Torres, deposto por um golpe em 1971 após algumas tentativas de reformas de índole nacionalista, foi seqüestrado e morto em Buenos Aires, onde se refugiara. Este fato gerou grande inquietação política na Bolívia, que forçou o governo a decretar por três meses o Estado de Sítio. Uma grande pressão popular, no entanto, obrigou Banzer a algumas concessões: anistia geral para prisioneiros e exilados políticos e restabelecimento das atividades sindicais e políticas, proibidas desde 1974. Finalmente, após promessas reiteradas e não-cumpridas, realizaram-se eleições em 1978: o general Juan Pareda Asbún, candidato do governo, obteve 70 por cento dos votos contra o

oposicionista Siles Zuazo, que contou com 22 por cento. Diante, porém, de denúncias contra uma indubitável fraude, determinou-se a anulação dos votos.

Uma grande agitação militar dominou a Bolívia em 1978-1979. O candidato Pereda rebelou-se e assumiu o poder após a renúncia de Banzer. Um novo levantamento depôs Pereda e o general rebelado, David Padilla Arancibia, convocou o povo às eleições, nas quais o ex-presidente Banzer obteve a terceira colocação. Os dois candidatos mais votados, Siles Zuazo e Paz Estenssoro, não obtiveram a suficiente maioria, o que levou o congresso a eleger um terceiro nome, o do presidente do Senado, Walter Guevara Arce. Este tomou posse em agosto, mas já em novembro derrubava-o o general Alberto Natush Bush que, por seu turno, menos de um mês depois de seu golpe, foi deposto.

Desta vez coube a uma mulher, Lidia Gueiler Tejada, presidente do Senado, exercer interinamente a presidência e convocar eleições. Os resultados novamente foram impugnados e não houve tempo para qualquer decisão do congresso, pois o general Luis García Mesa Tejada, à frente de um triunvirato, assaltou o poder em 1980. Com García Mesa a Bolívia viveu um verdadeiro estado de terror institucionalizado. As nebulosas relações do ditador com o tráfico internacional de cocaína tornaram-no uma figura incômoda para todos os grupos interessados na política boliviana. Foi deposto em 1981 para que uma nova junta militar nomeasse presidente o general Guido Vildoso Calderón. Com greves paralisando todo o país, foi convocado o congresso para que decidisse os rumos da política nacional. Deste modo, reconheceu-se Hernán Siles Zuazo (exilado no Peru), vencedor das últimas eleições, realizadas em 1980, legítimo presidente da Bolívia.

Assume Siles Zuazo a presidência, mas a insatisfação popular e uma crise nacional generalizada levam-no a reduzir o próprio mandato. Convoca eleições em 1985, nas quais é eleito Victor Paz Estenssoro, do MNR, Movimento Nacional Revolucionário. Para conter uma inflação mirabolante de 23.000 por cento ao ano, Paz Estenssoro aplica um “choque heterodoxo” na economia boliviana, criando uma nova unidade monetária, o *boliviano*, sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional. O caráter do partido de Paz Estenssoro e de sua própria personalidade política pode ser conhecido no texto de René Zavaleta Mercado, incluído no presente volume.

2. COLÔMBIA

A Colômbia está diariamente presente nos noticiários internacionais, graças às ações espetaculares do chamado “Cartel de Medellín”, grupo criminoso responsável pelo tráfico de drogas no país. Multimilionários traficantes desafiam todas as leis nacionais e internacionais e todas as tentativas

que faz o governo de condená-los à prisão: seqüestram magistrados, assassinam ministros de Estado, fazem explodir carros-bombas em prédios residenciais, enfrentam-se com toda a violência uns contra os outros. A rede de conexões do “Cartel” se estende por toda a América do Sul, tendo mesmo seus pontos-chaves no Brasil. Ao mesmo tempo, as ações do grupo guerrilheiro M-19 desnorteiam o governo e seus aliados imperialistas, que tentam vincular o movimento com o tráfico de narcóticos, a fim de justificarem a implacável repressão que lhe é movida pelas forças de segurança.

No plano político, a Colômbia tem sido uma ditadura disfarçada de bipartidarismo. Depois de uma luta sangrenta e secular, os partidos Liberal e Conservador, ambos porta-vozes das oligarquias, firmaram em 1957 um pacto através do qual se alternariam no poder. Desde então assim tem sido.

Em 1975 está no poder o liberal Alfonso López Michelsen, que implanta o Estado de Sítio como resposta à inquietação política e à revitalização do movimento guerrilheiro. Os liberais continuam no poder em 1978 ao elegerem, com pequena margem, Julio César Turbay Ayala, que empreendeu uma forte campanha repressiva contra o M-19. A escalada de violência culminou no mesmo ano com o assassinato do ex-ministro do Interior, Rafael Pardo Buelvas. Em 1982 foi eleito o conservador Belisario Betancur Cuartas, que derrotou a López Michelsen.

3. EQUADOR

Depois da última deposição do general populista Velasco Ibarra, presidente do Equador por cinco vezes, eleito com as maiores votações da história do país -(1934-35, 1944-47, 1952-56, 1960-61 e 1968-72), a partir de 1972 a vida política equatoriana será dominada pelos militares. Até 1976 se manteve no governo o general Guillermo Rodríguez Lara, que promoveu eleições em 1979, quando se elegeu Jaime Roldós Anguillera, social-democrata que se apoiava numa plataforma de tipo reformista. O governo de Roldós promulgou uma nova carta constitucional. Sua popularidade cresceu, principalmente depois do conflito com o Peru, em janeiro de 1981. Em maio do mesmo ano, porém, o presidente morreu num acidente de aviação.

Roldós foi substituído pelo seu vice-presidente, Eduardo Hurtado Larrea, que enfrentou grandes oposições da esquerda e dos conservadores. Após uma crise ministerial, a exoneração do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas, em janeiro de 1982, a situação nacional continuou instável. Em outubro do mesmo ano se decretou o estado de emergência como resposta a uma greve geral e às violentas manifestações contra a alta dos preços.

Em 1984 assume o poder, após duas votações, o candidato do Partido Social Cristão, León Febres Cordero. Em março de 1986 o general de aviação Frank Vargas Pazzos lidera uma rebelião contra o governo e ocupa a base aérea de Quito. A revolta foi logo esmagada, mas teve como consequência a derrota, nas eleições de junho, da coligação direitista no poder, que perdeu sua débil maioria parlamentar. A esquerda viu, então, aumentado seu número de assentos no Congresso. Em 16 de janeiro de 1987, ao visitar uma base aérea próxima a Guayaquil, o presidente Febres Cordero, o ministro da Defesa e o chefe da Força Aérea foram seqüestrados pela tropa rebelada de pára-quedistas, que os reteve como reféns. Queriam os rebelados a libertação do general Frank Vargas. Febres Cordero aquiesceu, depois de ter sido espancado e ameaçado de morte. A decisão do presidente gerou severas reprimendas por parte da oposição, que o acusou de haver vilipendiado a honra nacional. No entanto, Febres Cordero permaneceu no governo, contando com o apoio dos comandantes militares.

4. PERU

O Peru tem merecido destaque no noticiário internacional desde que, em 1985, assumiu o poder, após eleição, o mítico partido APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), fundado em 1924 pelo não menos mítico Víctor Raúl Haya de la Torre. Depois de décadas de participação ativa na vida pública peruana, sem jamais, porém, ocupar o cargo máximo da nação, a APRA finalmente, na figura do jovem Alán García, ganha a presidência da República. Uma vez instalada, mostrou-se um partido de velhas idéias reformistas e populistas, muitas delas já sepultadas há muito em outros países vizinhos. Com a ascensão de García, intensificou-se o trabalho revolucionário do grupo Sendero Luminoso, guerrilheiros que têm demonstrado sua força e habilidade estratégica por meio de ataques audaciosos e espetaculares não-somente nos meios rurais, mas também na própria capital, Lima, cujo fornecimento de energia elétrica já foi várias vezes interrompido por ações dos guerrilheiros.

Em 1975, com a derrubada do carismático general Velasco Alvarado, líder de um reformismo militar que se vinha implantando desde 1968, sobe ao poder um outro general, Francisco Morales Bermúdez, que se fortaleceu rapidamente até expulsar do poder todos os que haviam participado do movimento de 1968. O governo assumiu, então, atitudes francamente direitistas. A crise econômica gerou greves e motins populares em 1978; em consequência, o governo convocou uma assembléia constituinte e marcou eleições para 1980. Delas saiu vitorioso Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular, cujo governo caracterizou-se por uma corrupção generalizada e uma violência fora do comum na repressão à guerrilha.

Os ataques guerrilheiros marcam sua entrada na vida política do país em 1981, e o Sendero Luminoso responsabiliza-se por diversas ações contra propriedades públicas e privadas dominadas por interesses norte-americanos. No mesmo ano dá-se um conflito territorial com o Equador: os dois países disputam a posse da Cordilheira do Condor, que os países signatários do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 concedem ao Peru, concessão que não é reconhecida por Quito.

Em 1985 as eleições presidenciais levam ao poder Alán García Pérez. Tentando implementar uma política nacionalista, faz ameaças ao Fundo Monetário Internacional de não sacrificar a economia peruana no pagamento da dívida externa. Em 1986 um gravíssimo incidente desestabilizou a vida nacional: por motivo de uma rebelião de presos nas penitenciárias de Luringancho, Santa Bárbara e El Frontón, no dia 18 de junho, tropas do Exército e dos fuzileiros navais massacraram mais de quatrocentos presos, entre os quais cento e vinte e quatro senderistas que já tinham deposto armas e apresentado sua rendição. O terrível sucesso, além de levar à prisão de vários militares e à renúncia de todo o ministério um mês depois, provocou uma onda de represálias da parte da guerrilha: para cada senderista morto foi jurada a morte de dez militantes da APRA. A promessa tem sido cumprida, e muitos apistas e militares têm sido executados em atentados.

Além de combater uma grave crise econômica, o governo de García Pérez tem como principal tarefa enfrentar a ação guerrilheira que já se alastra por todo o território peruano, desestabilizando a vida política e econômica da nação inca.

5. VENEZUELA

Durante os anos sessenta, quando toda a América Latina estava sob jugo de ferozes ditaduras militares, havia um mito de que a Venezuela ela era a única “democracia” da América do Sul. No entanto, uma breve mirada à história do país nos mostra que o último governo militar só deixou o poder em 1959, quando Rómulo Bettancourt, da Ação Democrática, é eleito presidente. Além disso, a Venezuela conheceu algumas das ditaduras mais longas na história do continente, bastando citar a do general Juan Vicente Gómez, que durou de 1906 a 1935.

O poder político conquistado pelo petróleo a partir de 1973 e a elevação súbita dos preços dos combustíveis fizeram com que a Venezuela se tornasse uma nação muito rica e de grande influência na vida latino-americana. Entretanto, a prosperidade trazida pelo petróleo só beneficiou as camadas altas e médias da população: as grandes favelas que rodeiam as principais cidades e a pobreza das zonas rurais dão uma idéia do processo de distribuição da riqueza no país.

Em 1975 o presidente Carlos Andres Pérez, que assumiu em 1973, nacionaliza as indústrias de ferro e de petróleo. Em 1974 a Venezuela, ignorando as pressões norte-americanas, restabeleceu relações diplomáticas com Cuba. Em 1978, Carlos Andres Pérez, da Ação Democrática, é substituído na presidência por Luis Herrera Campins, do partido COPEI (democrata-cristão). Campins assina um acordo com os países centro-americanos através do qual a Venezuela se compromete a suprir as necessidades de petróleo daqueles países por meio de condições bastante vantajosas.

Em política externa, a Venezuela tem patrocinado a busca de uma solução pacífica para os conflitos centro-americanos, conflitos que, de fato, não existem: são, simplesmente, a interferência militar norte-americana nos processos revolucionários da Nicarágua e de El Salvador. Juntamente com o México, o Panamá e a Colômbia, a Venezuela integra o chamado Grupo de Contadora, cujas atividades se iniciam em 1982.

Desde 1984 está de novo no poder o partido AD, desta vez representado pelo presidente Jaime Lusinchi.

6. CONCLUSÃO

Como nos demais países da América do Sul (com exceção do Chile e do Uruguai), vê-se um retorno à chamada “vida democrática” nos cinco países de cuja história recente trata o livro que ora publicamos. Não se deve, contudo, esquecer que a tão desgastada palavra “democracia” representa algo que jamais existiu, sequer entre os gregos, a quem é atribuída sua “invenção”. É por isso que convém falar-se de “democracia burguesa”, pois, de fato, o que temos é um retorno da classe dominante ao poder político, que ela momentaneamente passou aos militares para que sufocassem os movimentos das grandes maiorias econômica e socialmente subjugadas. Em alguns países houve a ascensão de uma classe média ao poder; em outros, foram as oligarquias que, mais uma vez, recuperaram seu papel de elite predominante. No entanto, a conscientização das massas não se interrompe e, pelo contrário, cresce a cada dia. As medidas conciliatórias e paliativas tentam mascarar as cada vez mais agudas contradições sociais: a Bolívia e o Peru, por exemplo, adotaram novas unidades monetárias (o boliviano e o inti, respectivamente) para tentar vencer a inflação massacrante que diminuiu drasticamente as condições de vida das populações. Tais medidas, porém, já se mostraram praticamente inúteis, principalmente porque visam a dar resposta aos credores internacionais e não a satisfazer aos anseios nacionais: o cruzado brasileiro e o austral argentino até agora não cumpriram os prometidos milagres de estabilização econômica.

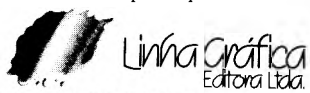
Tal como no primeiro volume desta coleção, a leitura dos capítulos que aqui se imprimem leva-nos à conclusão de que a solução para todos os gra-

Prefácio

ves problemas que afligem a América Latina passa necessariamente por uma integração regional, livre das interferências das grandes potências, e por uma nova ordem econômica, que não submeta tantos milhões de pessoas ao criminoso jugo que o capitalismo lhes impõe.

Recife, 3 de agosto, 1988.
Marcos Bagno

Impresso por



SIG Q N LOTES 2327-33 CEP 70610-100 TELS. 224 7706-224 7704 7704 7708 BRASÍLIA DF



COLEÇÃO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

A Coleção Pensamento **Latino-americano e Caribenho** foi criada com o objetivo de apresentar ensaios de natureza política, econômica, social, cultural, filosófica ou literária da América Latina e do Caribe, na visão de historiadores dessa região. Sem perder de vista a perspectiva histórica, na coleção é analisada a situação atual desses povos, em particular o processo de colonização havido e, sobretudo, o processo de dominação existente. Integra a Coleção **Pensamento Latino-americano e Caribenho** a Série **América Latina: história de meio Século**, assim composta:

VOLUMES JÁ EDITADOS

VOLUME 1

- Argentina
- Brasil
- Chile
- Paraguai
- Uruguai

VOLUME 2

- Bolívia
- Colômbia
- Equador
- Peru
- Venezuela

Nos próximos volumes estudos sobre:

- El Salvador
 - Nicarágua
 - Costa Rica
 - Panamá
 - México
 - Guatemala
 - Honduras
 - Cuba
 - República Dominicana
 - Haiti
 - Porto Rico
-

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2
BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA

"A guerra era desde cedo inevitável. Por que os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Talvez porque supunham que o único que lhes restava era sua honra. A negociação era o único que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deveriam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não-submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas." Esta é uma faceta da situação do início dos anos 20 enfrentada pela Bolívia que é analisada no presente volume. A obra contém ainda estudos sobre os 50 anos (de 1925 a 1975) dos demais países que formam o grupo andino (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

FLÁVIO CASTRO

ISBN: 85-230-0257-X